EMBARGO ATÉ SEGUNDA-FEIRA, DIA 4 DE MARÇO, ÀS 00H01

No âmbito das eleições legislativas de 10 de março

Pordata retrata evolução histórica das eleições e a perceção dos portugueses sobre a política

Numa altura em que o país se encaminha para definir a composição da Assembleia da República, nas eleições do próximo dia 10 de março, a **Pordata**, **base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos**, divulga um conjunto de dados que permitem fazer um retrato da evolução das eleições legislativas em Portugal – desde o 25 de abril de 1974 até às últimas eleições, em 2022 – bem como um conjunto de indicadores que possibilitam caracterizar a perceção da população residente em Portugal sobre a política nacional.

Este retrato, cujo primeiro capítulo constitui uma análise histórica das eleições legislativas dos últimos 50 anos, permite concluir, entre outros aspetos, que: em conjunto, PS e PSD representam, desde 1987, mais de dois terços do total dos votos válidos; desde o 25 de abril, o PS formou governo nove vezes, e cinco destes governos dirigiram o país nas últimas duas décadas; em cinco décadas, apenas seis governos concluíram o seu mandato; ou que, desde 2015, pelo menos um terço dos deputados na Assembleia da República são mulheres.

O segundo capítulo deste retrato, centrado na perceção da população residente em Portugal sobre a política nacional, demonstra que 8 em cada 10 residentes tendem a não confiar nos partidos políticos; que 62% tendem a não confiar na Assembleia da República; que 56% dos cidadãos estão satisfeitos com a democracia nacional, comparando com 55% da média europeia; que, a nível europeu, estão entre os que menos confiam na sua capacidade de participar na política; ou que 59% dos cidadãos afirmam posicionar-se politicamente ao centro ou mais à esquerda.

Índice

I. As eleições legislativas em 50 anos de democracia 3

A) EM CINCO DÉCADAS, AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MAIS PARTICIPADAS FORAM AS QUE DERAM A VITÓRIA À ALIANÇA DEMOCRÁTICA LIDERADA POR SÁ CARNEIRO 3

B) DESDE 1987 QUE PS E PSD REPRESENTAM MAIS DE DOIS TERÇOS DOS VOTOS 4

C) NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, O PS LIDEROU O PAÍS POR 15 ANOS 5

D) EM CINCO DÉCADAS, APENAS SEIS GOVERNOS CONCLUÍRAM O MANDATO 5

E) DESDE 2015 QUE PELO MENOS 1/3 DOS DEPUTADOS SÃO MULHERES 6

F) NAS ELEIÇÕES DE 2022, O CDS-PP NÃO ELEGEU DEPUTADOS E O CHEGA TORNOU-SE A 3.ª FORÇA PARTIDÁRIA 7

G) EM 2022, O PS ELEGEU MAIS DE METADE DOS DEPUTADOS DO PARLAMENTO, COM 42,5% DOS VOTOS VÁLIDOS 8

II. Perceções dos portugueses sobre política 10

A) 8 EM CADA 10 RESIDENTES EM PORTUGAL TENDEM A NÃO CONFIAR NOS PARTIDOS POLÍTICOS 10

B) OS PORTUGUESES ESTÃO ENTRE OS QUE MENOS CONFIAM NA SUA CAPACIDADE DE PARTICIPAR NA POLÍTICA 11

C) 59% DOS PORTUGUESES AFIRMAM POSICIONAR-SE POLITICAMENTE AO CENTRO OU MAIS À ESQUERDA 13

Pode consultar este e outros comunicados na área de Imprensa no site da Pordata.

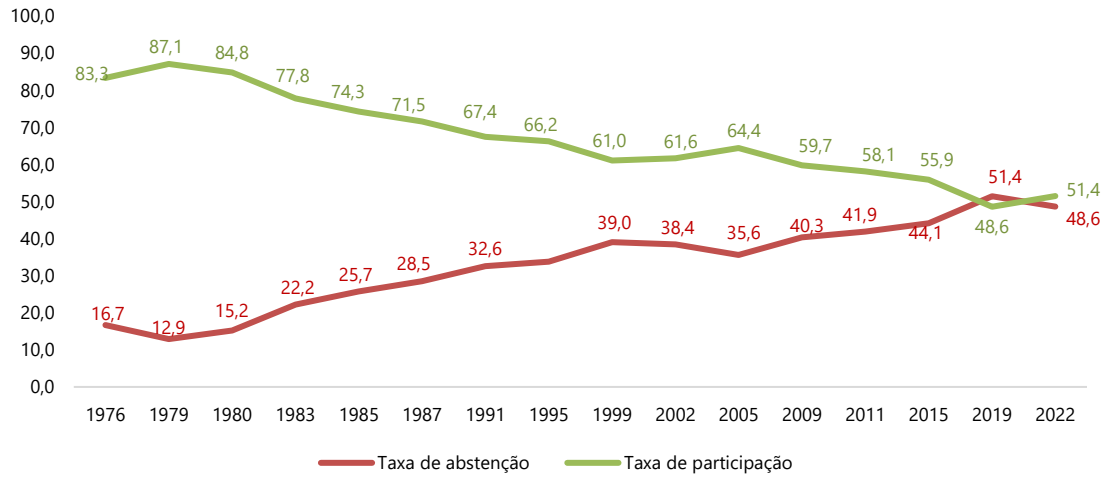
Para mais informações e contactos de media: Manuel Louro | manuel.louro@jlma.pt | 91 888 11 24

I. As eleições legislativas em 50 anos de democracia

A) EM CINCO DÉCADAS, AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS MAIS PARTICIPADAS FORAM AS QUE DERAM A VITÓRIA À ALIANÇA DEMOCRÁTICA LIDERADA POR SÁ CARNEIRO

Em 50 anos de democracia tiveram lugar 16 eleições legislativas[1] em Portugal. Neste período, mais de metade dos eleitores foram sempre votar, com exceção das legislativas de 2019, aquando do segundo mandato de António Costa como Primeiro-Ministro, em que a taxa de abstenção foi de 51,4%[2]. Contudo, as taxas de participação[3] eleitoral têm diminuído ao longo dos anos e, a partir de 2009, já menos de 60% dos eleitores exerceram o seu direito de voto.

Gráfico: Taxa de abstenção e taxa de participação eleitoral (%)



Fonte: SGMAI, Pordata. **Links:** Portugal: Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro | Pordata

Entre 1976 e 2022, mais de 90 milhões de votos entraram nas urnas. A eleição com maior taxa de participação foi a de 1979[4], embora a de 1980 tenha sido a que registou mais votos em termos

[1] Não se consideram, nesta análise, as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975: os 250 deputados eleitos tiveram como missão redigir a Constituição da República Portuguesa.
[2] Número de eleitores que não votou/total de eleitores*100. Alertamos para a abstenção técnica, ou seja, a taxa de abstenção inflacionada devido à permanência nos cadernos eleitorais de portugueses no estrangeiro, que mantêm a morada no país, não estando inscritos nos círculos da Emigração. Sobre o tema, ver o Policy Paper da Fundação Francisco Manuel dos Santos.
[3] Número de votantes/total de eleitores*100.
[4] No período democrático, as eleições com maior taxa de participação (91,5%) foram para a Assembleia Constituinte, em 1975.

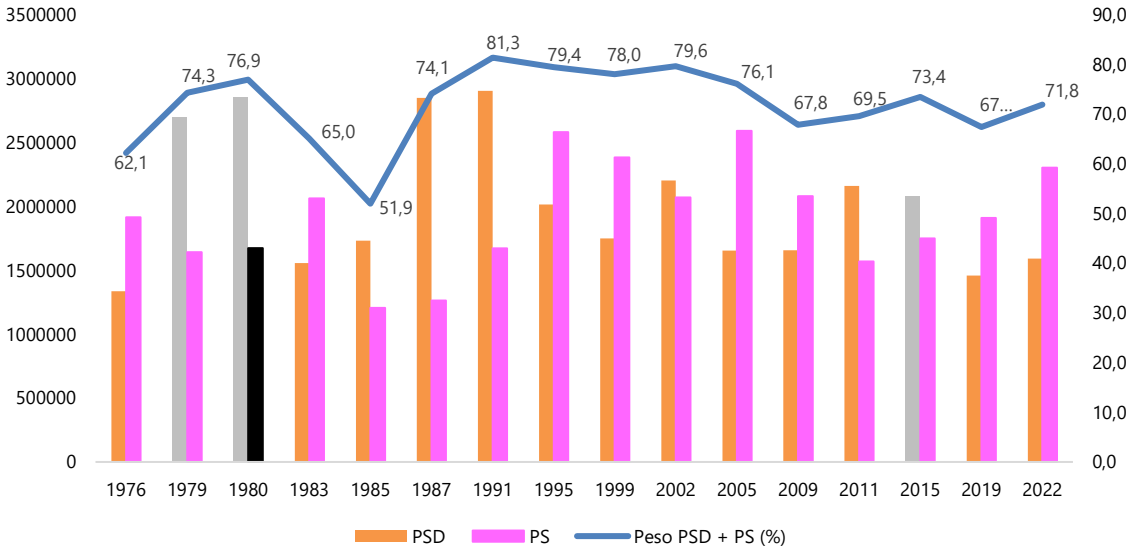
absolutos (6.028.601): ambas deram a vitória à Aliança Democrática (AD), liderada por Sá Carneiro[5]. Hoje, os portugueses têm mais opções de voto[6]: nas últimas legislativas, 23 partidos ou coligações disputaram as urnas, em contraste com os 14 que se candidataram em 1976.

Fonte: SGMAI, Pordata. **Links:** Eleitores nas eleições para a Assembleia da República: total, votantes e abstenção | Municípios: Votos válidos na eleição para a Assembleia da República de 2022: total e por partido político ou coligação | Pordata | Municípios: Votos válidos na eleição para a Assembleia da República de 1976: total e por partido político ou coligação | Pordata

B) DESDE 1987 QUE PS E PSD REPRESENTAM MAIS DE DOIS TERÇOS DOS VOTOS

Em conjunto, o PS e o PSD representam, desde 1987, mais de dois terços do total dos votos válidos. Ao longo do período democrático, o partido com mais votos numa eleição legislativa foi o PSD (2,9 milhões de votos), na recondução de Cavaco Silva em 1991. O PS obteve a sua maior votação em 2005, com o 1.º governo de José Sócrates (2,6 milhões de votos).

Gráfico: Votos válidos do PSD e do PS, e proporção (%) de votos do PSD e PS no total de votos



Nota: No gráfico, as colunas a cinzento em 1979 e 1980 referem-se à coligação da Aliança Democrática, e em 2015 à coligação PSD/CDS-PP. A preto, em 1980, à coligação da Frente Republicana e Socialista.

Fonte: SGMAI, Pordata. **Links:** Portugal: Votos válidos nas eleições para a Assembleia da República: total e por partido político ou coligação | Pordata

[5] A Aliança Democrática foi uma coligação do PSD, CSD-PP e do Partido Popular Monárquico (PPM).
[6] São considerados os partidos ou coligações com votos válidos.

C) NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, O PS LIDEROU O PAÍS POR 15 ANOS

Desde que Portugal é uma democracia, o Partido Socialista formou governo por nove vezes, e cinco destes governos ocorreram nas últimas duas décadas. Assim, nos últimos 21 anos, apenas seis corresponderam a um governo liderado pelo PSD. O PS formou governo entre 2005 e 2010 e desde 2015 que se encontra no poder, sendo que, entre 2015 e 2018, foi apoiado pelo BE, PCP e PEV, na chamada "Geringonça".

Tabela: Partidos e coligações no governo nos últimos 21 anos

PPD/PSD			PS				PS		PPD/PSD				PS (apoiado pelo BE, PCP e PEV) "Geringonça"				PS			PS	
CDS-PP									CDS-PP												
2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023

Fonte: SGMAI, Pordata. **Links:** Portugal: Votos válidos nas eleições para a Assembleia da República: total e por partido político ou coligação | Pordata | Governos da República Portuguesa

D) EM CINCO DÉCADAS, APENAS SEIS GOVERNOS CONCLUÍRAM O MANDATO

Desde 1976, apenas 6 dos 16 governos concluíram o mandato:

- 1987-1991, e 1991-1995, com Cavaco Silva;
- 1995-1999, com António Guterres;
- 2005-2009, com José Sócrates;
- 2011-2015, com Pedro Passos Coelho;
- 2015-2019, com António Costa.

Foram também 6 os governos eleitos com maioria absoluta, 4 liderados pelo PSD e 2 pelo PS:

- Dois com a Aliança Democrática (AD) liderada por Sá Carneiro, em 1979 e 1980, com 128 e 134 deputados[7];
- Dois com Cavaco Silva, em 1987 e 1991, com 148[8] e 135[9] deputados;
- Um com José Sócrates, em 2005, com 121 deputados;
- Um com António Costa, em 2022, com 120 deputados.

[7] Dos 250 que constituíam a Assembleia da República (AR).
[8] Dos 250 que constituíam a AR.
[9] Dos 230 que constituíam e constituem atualmente a AR.

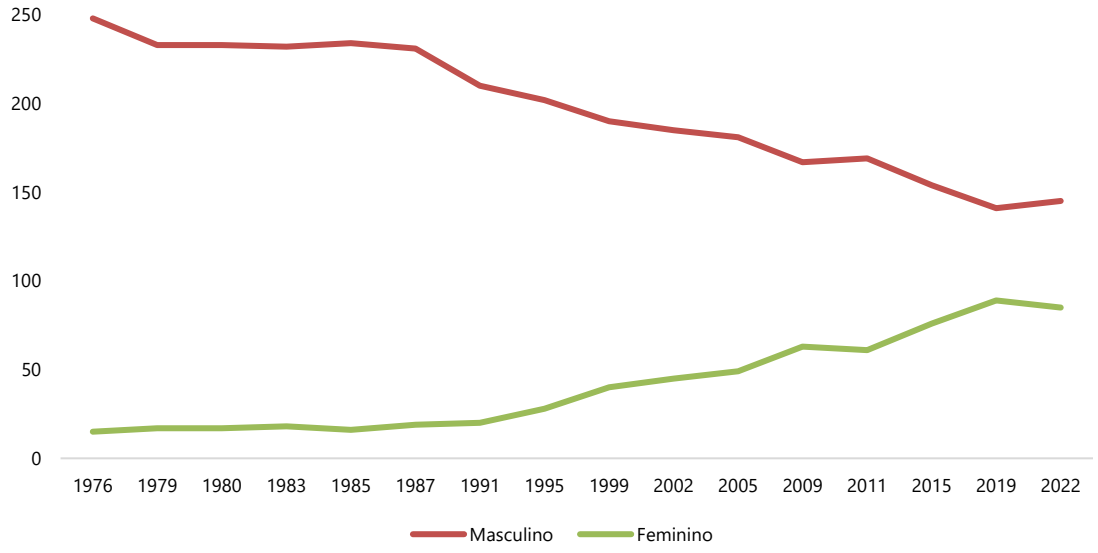
Entre estes, apenas Cavaco Silva e José Sócrates conseguiram concluir os seus mandatos.

Fonte: SGMAI, Pordata. **Links:** Portugal: Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por partido político | Pordata | Portugal: Resultados nas eleições para a Assembleia da República: eleitos por partido político ou coligação | Pordata

E) DESDE 2015 QUE PELO MENOS 1/3 DOS DEPUTADOS SÃO MULHERES

Desde 2015[10] que as mulheres representam pelo menos um terço dos deputados na Assembleia da República. O parlamento com menos mulheres foi o de 1976 (15 deputadas que representavam 5,7% do total) e o parlamento com mais mulheres foi o de 2019, em que cerca de 4 em cada 10 deputados eram mulheres (38,7%).

Gráfico: Mandatos nas eleições para a Assembleia da República, por sexo[11]



Fonte: Assembleia da República, Pordata. **Links:** Portugal: Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por sexo | Pordata

[10] A lei da paridade, que entrou em vigor em 2006, "estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais, são compostas de modo a assegurar a representação mútua de 33% de cada um dos sexos.

[11] Em 1976, a Assembleia da República era constituída por 263 deputados; entre 1979 e 1987 por 250 e, a partir de 1991 por 230 deputados.

F) NAS ELEIÇÕES DE 2022, O CDS-PP NÃO ELEGEU DEPUTADOS E O CHEGA TORNOU-SE A 3.ª FORÇA PARTIDÁRIA

Nos últimos 30 anos, o partido que elegeu o maior número de deputados numa eleição foi o PS (121 deputados em 2005). O partido que mais deputados perdeu numa eleição foi o PSD, em 2005, quando passou de 105 para 75 deputados. De destacar ainda a perda do número de mandatos do CDS-PP nestas últimas 3 décadas: mesmo tendo estado, em quatro eleições, entre as três forças partidárias com maior número de deputados, incluindo em 2011, com 24 mandatos, não obteve representação nas últimas eleições[12].

O número de deputados eleitos pelo PSD tem vindo a diminuir nas últimas três eleições, assim como decresceu o número de deputados do PCP, BE e PAN nas eleições de 2022. Nas últimas duas eleições, o CHEGA e a Iniciativa Liberal foram os partidos que mais cresceram, representando atualmente a 3.ª e 4ª. forças partidárias na Assembleia da República.

Tabela: Mandatos por partido político[13]

	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015	2019	2022
BE	0	2	3	8	16	8	19	19	5
CDS-PP	15	15	14	12	21	24	18	5	0
CH								1	12
IL								1	8
L								1	1
PAN						0	1	4	1
PCP	13	15	10	12	13	14	15	10	6
PEV	2	2	2	2	2	2	2	2	0
PSD	88	81	105	75	81	108	89	79	77
PS	112	115	96	121	97	74	86	108	120

Fonte: SGMAI, PORDATA. **Links:** Portugal: Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por partido político | Pordata

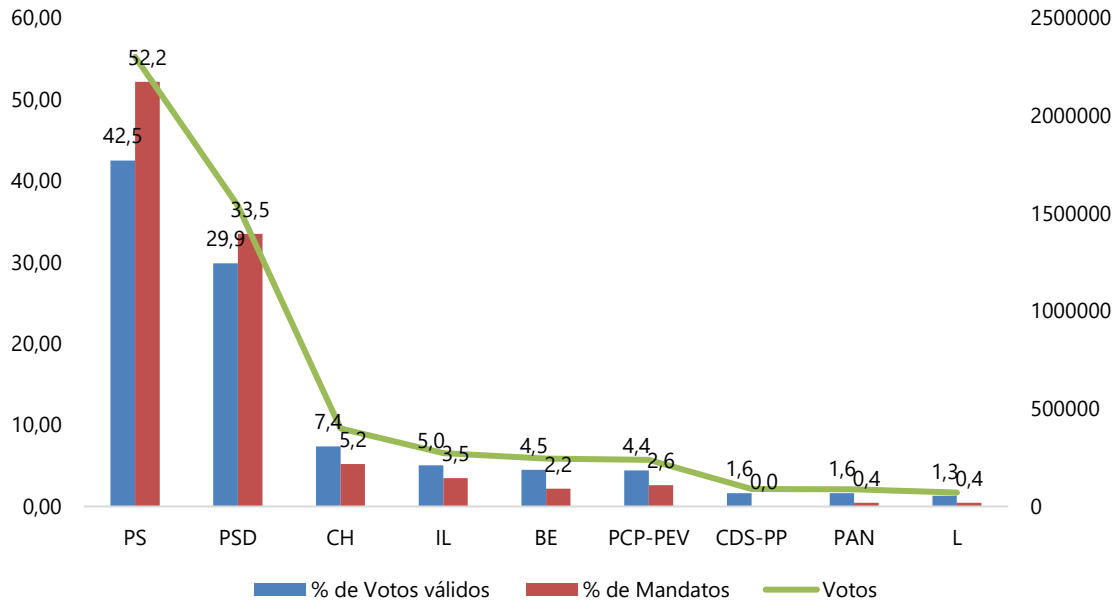
[12] O PEV também não elegeu deputados.
[13] Em 2022, inclui-se os deputados eleitos pela coligação PSD.CDS-PP.PPM na Horta e PSD.CDS-PP na Região Autónoma da Madeira.

G) EM 2022, O PS ELEGEU MAIS DE METADE DOS DEPUTADOS DO PARLAMENTO, COM 42,5% DOS VOTOS VÁLIDOS

Em Portugal, a conversão dos votos em mandatos é feita a partir do método de Hondt[14], que procura garantir a representatividade das escolhas dos eleitores na composição da Assembleia da República (AR). Contudo, este método tende a favorecer os partidos maiores com o intuito de assegurar as condições de governabilidade, isto é, favorecer a formação de maiorias sem descurar a proporcionalidade do sistema.

Nas eleições de 2022, os dois maiores partidos obtiveram uma proporção de mandatos superior à proporção de votos válidos: o PS elegeu mais de metade (52,2%) do total de deputados (120/230) com 42,5% dos votos válidos, e o PSD conquistou 33,5% dos mandatos da AR com 29,9% dos votos. Em contrapartida, os partidos mais pequenos elegeram uma proporção inferior de deputados em comparação com a proporção dos votos válidos que obtiveram nas eleições.

Gráfico: Eleições 2022: Proporção de votos válidos, de mandatos e número de votos



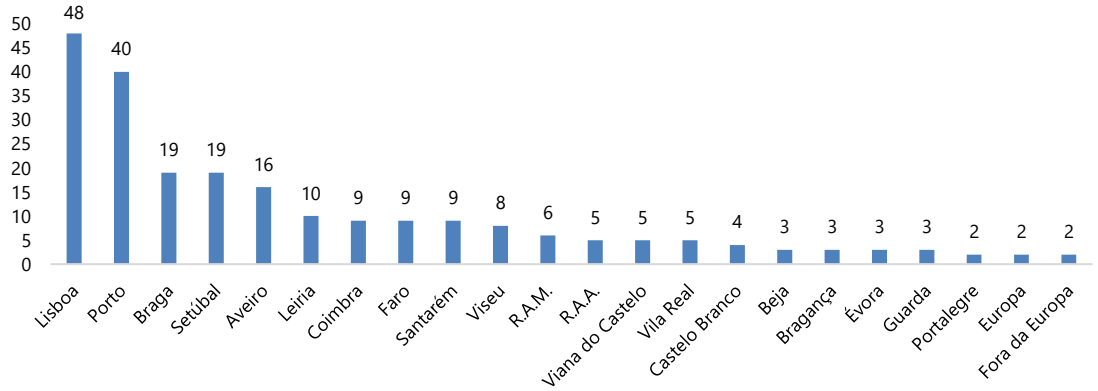
Fonte: SGMAI, PORDATA. **Links:** Portugal: Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por partido político | Pordata | Municípios: Votos válidos nas eleições para a Assembleia da República de 2022: total e por partido político ou coligação | Pordata

[14] Mais informação sobre o método de Hondt, aqui.

O número de mandatos que cada partido obtém é condicionado pelos círculos eleitorais. A título de exemplo, pelo círculo eleitoral de Lisboa são eleitos 48 deputados, ao passo que por Bragança ou Beja são 3 os assentos parlamentares em disputa[15]. Nas eleições legislativas de 2022, apesar de ter obtido mais votos, a nível nacional, do que o Livre e o PAN, o CDS-PP não conseguiu eleger deputados para a AR porque não obteve, em nenhum círculo eleitoral, o número de votos necessários à eleição de um(a) deputado(a), o chamado limiar de representação[16]. O PCP-PEV, obtendo menos votos que o BE no total nacional, elegeu mais um deputado do que este partido. É importante salientar que o sistema eleitoral português se torna progressivamente mais desproporcional à medida que a população se vai concentrando nos distritos do litoral ou, por outras palavras, à medida que os círculos eleitorais do interior perdem população e diminuem o número de deputados(as) eleitos(as). Quanto menor é o número de deputados(as) eleitos(as) num determinado círculo, maior é a percentagem de votos necessária para eleger.

Nas próximas eleições legislativas de 10 de março, e de acordo com o mapa da Comissão Nacional de Eleições que indica o número de deputados a eleger por círculo eleitoral, Setúbal passa a eleger mais um deputado (19 deputados) e Viana do Castelo perde um deputado (5 deputados).

Gráfico: Mandatos por círculo eleitoral



Fonte: SGMAI, PORDATA. **Links:** SGMAI - Círculo eleitoral

[15] O número de deputados a eleger por cada círculo depende do número de cidadãos recenseados nesse mesmo círculo eleitoral, com exceção dos círculos correspondentes aos eleitores residentes fora do território nacional.
[16] Ao contrário do que acontece nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não existe, nas eleições para a Assembleia da República, um círculo nacional de compensação. O círculo de compensação prevê a repescagem dos votos que não se converteram em mandatos nos restantes círculos eleitorais, resultando na eleição de um número pré-determinado de deputados, o que contribui para tornar o sistema mais proporcional.

II. Perceções dos portugueses sobre política

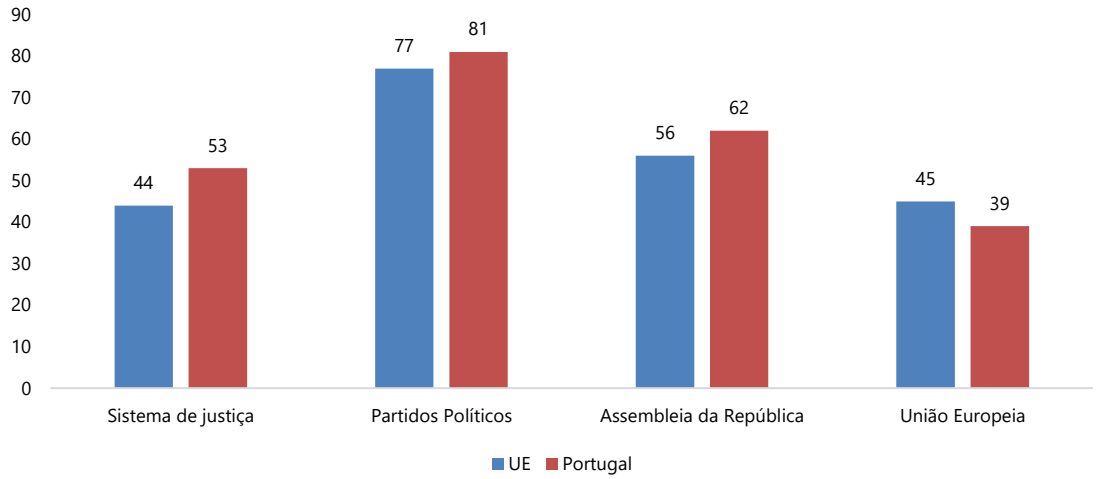
A) 8 EM CADA 10 RESIDENTES EM PORTUGAL TENDEM A NÃO CONFIAR NOS PARTIDOS POLÍTICOS

De acordo com os dados do Eurobarómetro, em 2023[17]:

- 8 em cada 10 inquiridos em Portugal tendem a não confiar nos partidos políticos. Esta é, aliás, uma tendência em 19 dos 27 países da UE, em que mais de 70% das pessoas tendem a não confiar nos partidos políticos (a média da UE é 77%). E em todos os países, com exceção da Dinamarca, que regista empate, é maior a proporção de pessoas que não confiam do que as que confiam;
- 62% dos cidadãos em Portugal tendem a não confiar na Assembleia da República, valor acima da média europeia (56%). Em 19 países, mais de metade dos inquiridos tendem a não confiar no Parlamento nacional. Só nos países nórdicos[18] e no Luxemburgo é que mais de 60% dos inquiridos tendem a confiar nos seus deputados;
- Portugal está entre os nove países da UE em que mais de metade (53%) dos inquiridos tendem a não confiar no sistema de justiça, valor 9 pontos percentuais (p.p.) acima da média europeia (44%);
- Em contrapartida, mais de metade dos inquiridos (54%) em Portugal tendem a confiar na União Europeia (face a 47% da média europeia).

[17] Os dados referem-se à vaga mais recente do Eurobarómetro (vaga n.º 100, cujos dados foram recolhidos entre outubro e novembro de 2023), com exceção de indicadores não incluídos nesta vaga, tais como a confiança nos partidos políticos e no sistema de justiça. Nestes casos, são usados os dados da vaga n.º 99 (recolhidos em maio e junho de 2023).
[18] Dinamarca, Suécia e Finlândia.

Gráfico: Proporção dos inquiridos que tendem a não confiar nas instituições indicadas (%)



Fonte: Eurobarómetro. **Links:** Eurobarómetro 99 | Eurobarómetro 100

B) OS PORTUGUESES ESTÃO ENTRE OS QUE MENOS CONFIAM NA SUA CAPACIDADE DE PARTICIPAR NA POLÍTICA

Mais de metade dos inquiridos em Portugal afirmam-se satisfeitos com a democracia nacional (56% vs. 55% da média europeia), embora 43% refiram a sua insatisfação. Em 11 países da União Europeia, a maioria dos cidadãos manifestam insatisfação com a democracia dos seus países, sendo os gregos e os búlgaros os mais insatisfeitos (acima de 60%). Em contrapartida, nos países nórdicos, Luxemburgo e Irlanda, mais de 80% dos inquiridos dizem-se satisfeitos com a forma como a democracia funciona nos seus países.

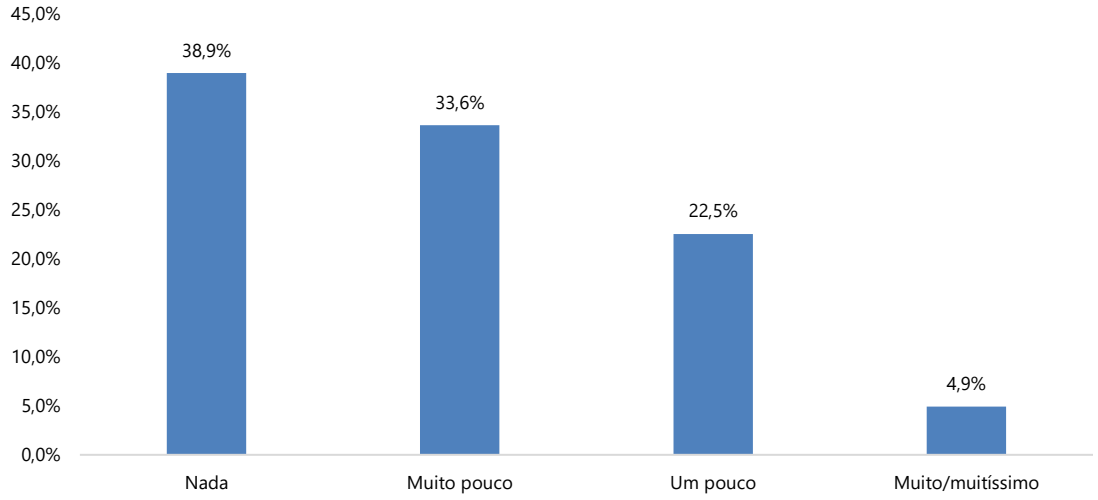
Os dados do European Social Survey[19] revelam que Portugal está entre os quatro países cujos cidadãos menos confiam na sua capacidade de participar na política (83%), depois da Eslováquia (84%) e ao lado da Letónia e Chéquia (83%). Só na Suíça, Islândia, Áustria e Noruega é que mais de metade dos cidadãos confiam na sua capacidade de participação.

73% dos cidadãos em Portugal consideram que o sistema político nacional não permite, ou permite pouco, a influência das pessoas na política. Esta perceção é partilhada por mais de metade

[19] Os dados foram recolhidos entre setembro de 2020 e agosto de 2022, entre 31 países: os da União Europeia, com exceção da Dinamarca, Luxemburgo, Malta e Roménia; e Suíça, Reino Unido, Israel, Islândia, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega e Sérvia.

dos países analisados, com exceção da Noruega, Suíça, Finlândia, Islândia e dos Países Baixos, onde se considera que os sistemas políticos permitem às pessoas algum grau de influência na política.

Gráfico: Em que medida diria que o sistema político em Portugal permite que as pessoas como o(a) Sr.(a) tenham influência na política? (%)



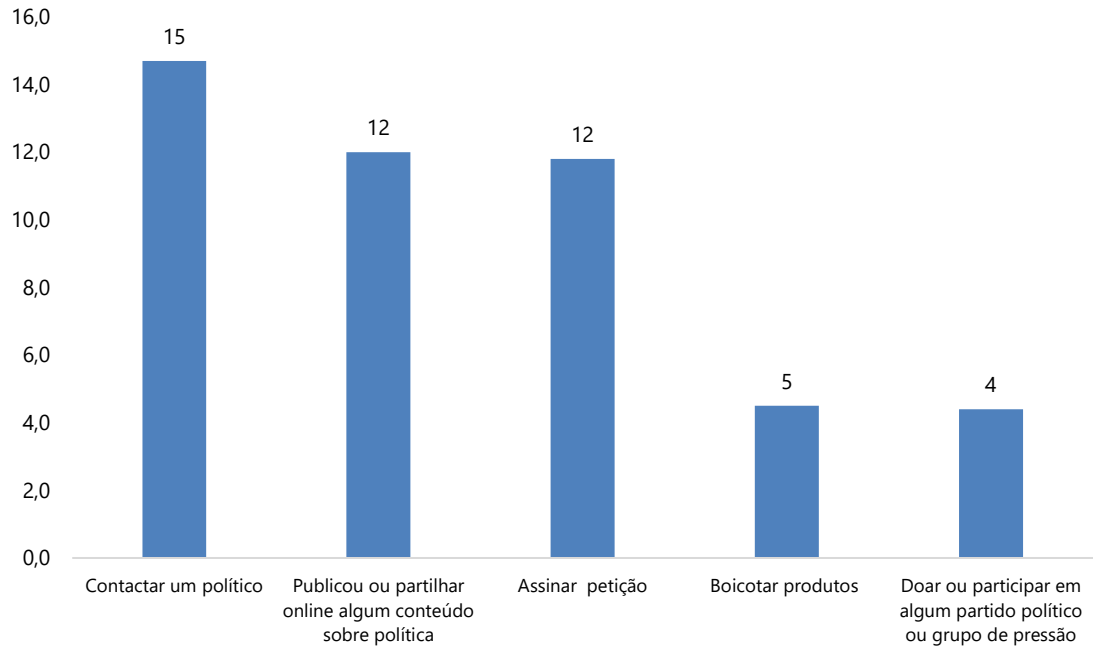
Fonte: European Social Survey, Ronda 10; Eurobarómetro **Links:** European Social Survey | Eurobarómetro 100

Atendendo às diferentes formas de participação política em Portugal, destaca-se que, nos últimos 12 meses:

- 15% das pessoas referem ter contactado um político. Este valor foi 27% na Islândia e 24% no Chipre;
- 12% publicou ou partilhou na internet algum conteúdo sobre política. Portugal é o 4.º país que menos recorre a esta forma de participação;
- 12% assinou uma petição;
- 5% boicotou algum produto por razões políticas. Apenas os húngaros e os búlgaros usaram menos o boicote;
- 4% participou (incluindo através de doações) nas atividades de um partido político ou grupo de interesse, onde se incluem sindicatos e confederações patronais, associações profissionais, associações ambientalistas, entre outros. Apenas em seis países mais de

10% dos inquiridos referem esta forma de participação política, com destaque para 17% entre os noruegueses.

Gráfico: Formas de envolvimento político nos últimos 12 meses, em Portugal (%)



Fonte: European Social Survey, Ronda 10 **Links:** European Social Survey

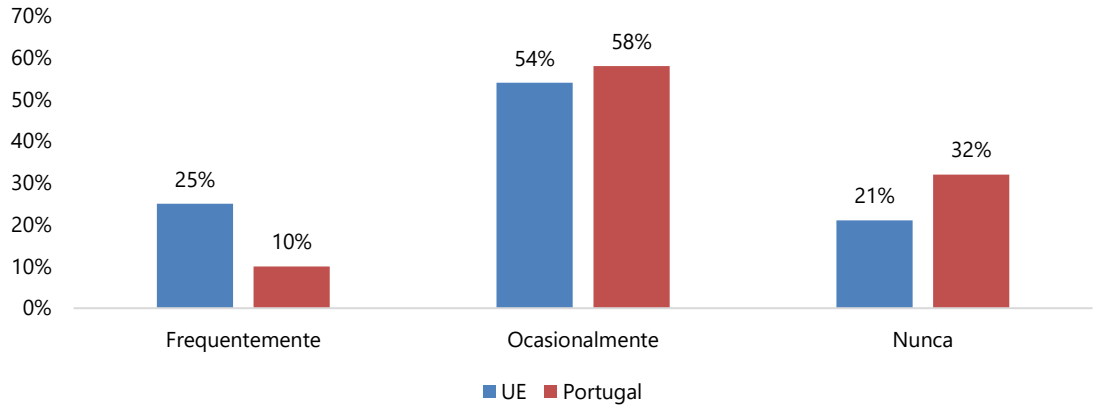
Em contrapartida, os portugueses e os italianos são os europeus que mais tempo passam a ver, ouvir ou ler notícias sobre política ou a atualidade: mais de 2 horas por dia.

C) 59% DOS PORTUGUESES AFIRMAM POSICIONAR-SE POLITICAMENTE AO CENTRO OU MAIS À ESQUERDA

Quase 4 em cada 10 pessoas em Portugal (38%) manifesta muito ou algum interesse pela política. Em apenas nove dos 31 países inquiridos no âmbito do European Social Survey, mais de metade das pessoas afirmam o seu interesse pela política, destacando-se os holandeses (69%), os austríacos (66%) e os cidadãos do Reino Unido (63%).

De acordo com os dados do Eurobarómetro[20], 32% das pessoas em Portugal nunca falam sobre política com amigos ou familiares, e apenas 10% referem discutir política frequentemente (a média europeia é de 25%).

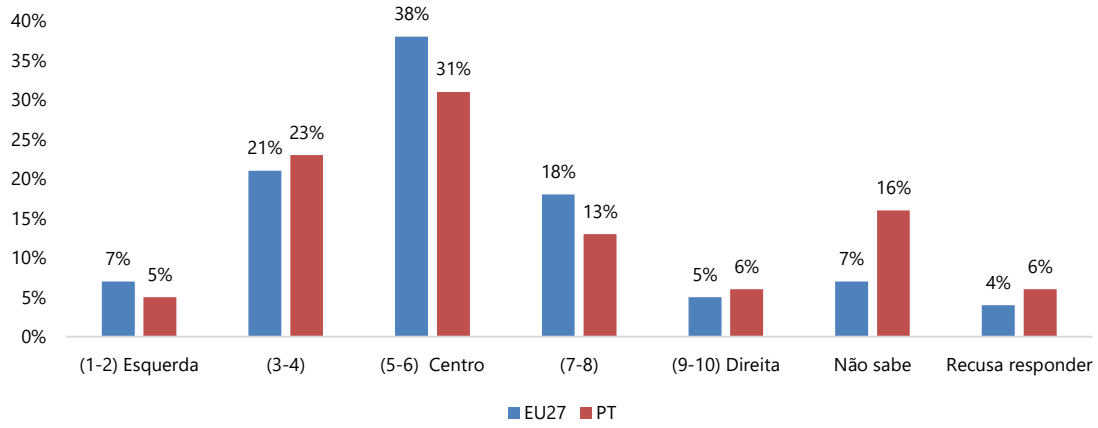
Gráfico: Qual a frequência com que discute política entre amigos ou familiares? (%)



Fonte: Eurobarómetro. **Links:** Eurobarómetro 100

No espetro esquerda-direita, 31% dos portugueses afirmam posicionar-se ao centro, 28% mais à esquerda e 19% mais à direita[21]. Em média, na UE, 38% das pessoas dizem posicionar-se ao centro, 28% mais à esquerda e 23% mais à direita. Destacam-se, contudo, os 16% de inquiridos portugueses que não sabem responder a esta questão e os 6% que recusaram fazê-lo.

Gráfico: Escala política Esquerda-Direita (%)



Fonte: Eurobarómetro. **Links:** Eurobarómetro 100

[20] Corresponde ao n.º 100, cujo trabalho de campo decorreu entre 23 de outubro e 17 de novembro de 2023.
[21] Posição indicada numa escala de 1 a 10, em que 1 representa o extremo mais à esquerda e 10 o extremo mais à direita.